

PROGRAMA
DE
TRABALHO
1989

**PROGRAMA DE TRABALHO
1989
(Síntese)**

Pág.

COORDENADORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CAA

- | | |
|---|---|
| 1. Aspectos Macroeconômicos da Agricultura Brasileira | 5 |
| 2. Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Curto Prazo | 6 |
| 3. Avaliação de Programas de Investimento Governamental e Privado no Setor Agrícola | 6 |
| 4. Tendências do Setor Agrícola | 7 |

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC

- | | |
|---|---|
| 1. Educação e Cultura na Próxima Década | 7 |
|---|---|

COORDENADORIA DE EMPREGO E SALARIO - CES

- | | |
|---|----|
| 1. Mudanças Demográficas e suas Implicações nas Políticas Sociais | 9 |
| 2. Cenários de Emprego e Renda | 9 |
| 3. Relações de Trabalho | 10 |

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CDR

- | | |
|---|----|
| 1. Desmatamento e Aproveitamento Madeireiro na Amazônia | 11 |
| 2. Produção e Comercialização de Grãos Alimentares | |

nos Cerrados: Antecedentes e Perspectivas	12
3. Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás: Concepção, Desenvolvimento e Proposta de Ordenação	12
4. Contas Regionais: Regionalização das Transações do Setor Público	13
5. O Financiamento Externo do Desenvolvimento Regio- nal	13
6. Indicadores para o Planejamento Regional	14
7. Prospectiva Integrada da Participação Funcional para os Anos 90	14
8. Contas Regionais como Instrumento de Planejamento	15

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

1. Política Urbana: Estratégias Alternativas e Novo Arcabouço Institucional	15
2. Subsídios a Formulação da Política Habitacional	16
3. Subsídios para a Formulação da Política de Sanea- mento Básico	17

COORDENADORIA DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA - CIT

1. Alternativas de Política Industrial	18
2. Dinâmica das Exportações de Manufaturados	19
3. A Questão do Financiamento do Desenvolvimento	19
4. Análise Institucional da Política Industrial	20

COORDENADORIA DE MINAS E ENERGIA - CME

1. Problemas e Perspectivas do Setor Elétrico	21
2. Redirecionamento do Perfil da Oferta e Demanda de Combustíveis	22

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO MACROECONOMICO - CPM

- | | |
|-------------------|----|
| 1. Dívida Externa | 23 |
| 2. Crise Social | 25 |

COORDENADORIA DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL - CSP

- | | |
|---|----|
| 1. Subsídios para Regulamentação do Sistema de Seguridade Social | 28 |
| 2. A Seguridade Social na Década de 90 | 29 |
| 3. A Questão Sócio-Educacional da Criança de 0 a 6 Anos | 30 |
| 4. O Impacto da Descentralização nos Serviços de Saúde | 30 |
| 5. A Experiência Internacional em Programas de Atenção à Criança e ao Idoso | 31 |
| 6. A Conta Social Revisitada (1980-1987) | 31 |
| 7. Saúde e suas Relações Intersetoriais | 31 |
| 8. Financiamento da Assistência Social | 32 |
| 9. A Rede Hospitalar Brasileira: Uma Projeção para o Ano 2000 | 32 |

COORDENADORIA DO SETOR EXTERNO - CSE

- | | |
|---|----|
| 1. O Ajuste Externo da Economia Brasileira | 32 |
| 2. Comportamento de Preços Internacionais e Composição da Pauta de Exportação | 33 |
| 3. Indicadores de Competitividade das Exportações Brasileiras no Comércio com a Argentina e o Japão | 33 |
| 4. A Integração Européia pós 1992 e seus Efeitos para o Brasil | 34 |
| 5. O Papel dos Organismos Internacionais no Financiamento das Economias em Desenvolvimento | 34 |
| 6. Acordo de Liberalização Comercial entre USA e o Canadá e seus Efeitos para o Brasil | 35 |

COORDENADORIA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CIT

1. Os Transportes e o Estado na Década de 90	37
2. A Regulamentação dos Transportes	38
3. O Financiamento dos Transportes	39
4. O Estado como Empresário	39
5. Transportes Urbanos	39

PROJETO BRA/87/006/PNUD - AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS DE GOVERNO

40

1. Estilos de Desenvolvimento e suas Implicações Sociais	41
2. Mudanças no Papel do Estado, Cidadania e Planejamento	41
3. Efeitos Sociais das Mudanças na Organização da Produção	41
4. As Transformações Demográficas e a Política Social	41
5. Ação do Governo e Perspectivas Setoriais	41
6. Perspectivas de Mudanças Espaciais	42

Anexo:

Projetos a serem financiados pelo GESEP (Programa de Gerenciamento do Setor Público)

NÚCLEO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS

1. Acompanhamento do Nível de Atividade da Economia	42
2. Projeção de Variáveis Macroeconômicas no Curto Prazo	42
3. Projeção do PIB Anual e Consistência de Taxas Setoriais	43

IPEA

Instituto de Planejamento - IPLAN

PROGRAMA DE TRABALHO

1989

Os esforços do IPLAN, neste ano, estão principalmente canalizados para a elaboração de estudos referentes as prioridades e perspectivas para a próxima década.

As contribuições para esse trabalho e outras atividades de estudo estão listadas a seguir, especificando-se a ementa de cada tema bem como os respectivos responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Estão também, explicitados, embora em caráter preliminar, os tópicos cuja efetivação carece da utilização de consultoria externa a ser viabilizada através do GESEP. (Anexo)

Adicionalmente, o IPLAN dará continuidade ao cumprimento de suas outras atividades, entre as quais se destacam o apoio técnico à SEPLAN e a participação em colegiados e grupos de trabalho interministeriais.

COORDENADORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CAA

1. Aspectos Macroeconômicos da Agricultura Brasileira

Dentro deste tópico serão desenvolvidos três estudos específicos:

O primeiro está voltado para a identificação da evolução de demanda agrícola por bens de consumo, matérias-primas e combustível, além da participação do setor agrícola no saldo do comércio exterior brasileiro. Serão estudados, também, os

gastos públicos com as principais políticas agrícolas e as relações da agricultura com outros setores.

O segundo estudo, procura apontar as principais tendências observadas no crescimento recente da agropecuária brasileira, em especial na década de 80, em termos de rendimentos físicos, expansão de área, produção das principais culturas, mão-de-obra ocupada e nível de tecnologia adotado.

Por último, será feito uma análise dos efeitos da política de equalização do óleo diesel, como estímulo da ocupação da fronteira agrícola, através de uma agricultura intensiva no uso de mecanização e utilização de insumos modernos.

Responsáveis: Guilherme Costa Delgado, José Garcia Gasques
e Enid Rocha A. da Silva

2. Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Curto Prazo

Nesse item serão examinadas as principais políticas de curto prazo adotadas pelo governo que refletem no desempenho do setor agropecuário tais como: crédito rural, política de preços mínimos, política de comércio e relações internacionais e o seguro agrícola.

Responsáveis: Adelina Baena Paiva, Guilherme Costa Delgado
e Carlos M. Villa Verde

3. Avaliação de Programas de Investimento Governamental e Privado no Setor Agrícola

Esse tópico é composto por três estudos específicos nas áreas de irrigação privada, de reforma agrária e de pesquisa e extensão rural.

No caso de irrigação privada busca-se conhecer os seus custos e os retornos obtidos, a fim de compará-los com os veri-

ficados na irrigação pública, em especial com o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE).

Quanto à reforma agrária, a proposta é de empreender-se, com base em visitas a alguns projetos de assentamento previamente selecionados, e de levantamentos de informações junto ao MIRAD, em Brasília, uma análise da evolução recente do Programa Nacional de Reforma Agrária. O trabalho de pesquisa e extensão rural, visa a identificar os avanços da pesquisa, tendo em vista as tecnologias geradas e os retornos sócio-econômicos esperados.

Responsáveis: José Arnaldo, Cristina V. Guimarães, Guilherme Costa Delgado, José Garcia Gasques, Enid Rocha A. Silva, Adelina Baena Paiva, Carlos M. Villa Verde

4. Tendências do Setor Agrícola

Com base em estudos anteriormente apontados a na eventual evolução de alguns indicadores macroeconômicos, procurar-se-á, identificar o provável comportamento futuro da produção agrícola, da demanda por esses produtos, além de sugestões quanto ao encaminhamento das políticas de crédito, preços mínimos, comércio exterior e reforma agrária.

Responsáveis: José Garcia Gasques, Carlos Monteiro Villa Verde, Guilherme Costa Delgado, Christine Viveka Guimarães, Enid Rocha Andrade da Silva, Adelina T.B. Paiva, José Arnaldo Figueiredo G. Oliveira e Alomir Mesquita.

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC

1. Educação e Cultura na Próxima Década

O escopo do documento é revisar criticamente a agenda de problemas educacionais do Brasil, em face da inflexão/transição

histórica do seu processo de desenvolvimento, para em seguida, questionar as alternativas de enfrentamento desses problemas na próxima década. Toma-se como marco de avaliação os valores básicos das políticas sociais requeridas para a década vindoura: equidade e qualidade.

O foco central é a educação básica, aí compreendida a que se estrutura na pré-escola, na escola fundamental e nos programas educativo-culturais para adolescentes e adultos. Três desafios se colocam: reordenar a expansão massificadora e socialmente diferenciada já ocorrida, encetar inovações que ampliem as oportunidades de participação cultural, e, com a superação dos impasses na identificação do ensino de 2º grau, integrá-lo progressivamente, no médio prazo, como continuidade e aprofundamento da escolaridade fundamental universalizada.

Não menos importante é o questionamento dos escopos educativos e de desenvolvimento científico e tecnológico que se propõem à educação de terceiro e quarto nível. Heterogeneidade, alheamento, corporativismo, desarticulação organizacional, baixa eficiência, são sintomas de contradições mais profundas na inserção sócio-econômica-cultural das instituições de ensino superior, no desenho pedagógico dos processos educativos e nas estruturas da pesquisa.

Perpassam estes problemas as interdependências entre as estruturas educativo-escolares formais e as da indústria cultural com seus impactos informais ou difusos. As comunicações sociais, sistema do livro e difusão das artes e da produção intelectual compõem, com a influência (boa ou má, eficiente ou não) da escola, boa parte do processo de desenvolvimento da consciência e do protagonismo dos diferentes atores sociais.

Noutro corte, será abordada a questão das instituições, processos e instrumentos de planejamento e gestão das políticas públicas que orientam e interferem com a dinâmica dos sistemas educativos e culturais e de seus segmentos específicos. Relações intergovernamentais, repartição dos encargos entre níveis

do Governo e entre setores público e privado, sistemas de financiamento e de gerenciamento constituem condições e variáveis a serem examinadas para o desenho daquelas políticas.

Responsáveis: Divonzir Artur Gusso, Raulino Tramontin, José Amaral Sobrinho, Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto, Ronald Braga, Sérgio Alves Cademartori e Pedro Demo

COORDENADORIA DE EMPREGO E SALARIO - CES

1. Mudanças Demográficas e suas Implicações nas Políticas Sociais

Avaliar o impacto das mudanças recentes na dinâmica demográfica brasileira sobre o seu crescimento futuro, a sua composição etária, sua distribuição espacial e as implicações sobre a demanda de serviços públicos e a distribuição de renda.

Responsável: Ana Amélia Camarano

2. Cenários de Emprego e Renda

Com base nas perspectivas de crescimento da população brasileira, pretende-se traçar alguns cenários até o ano 2000 para:

2.1 População Economicamente Ativa (PEA)

Dado que a participação da população masculina de 20 a 60 anos não varia muito de acordo com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico, o trabalho traça cinco cenários considerando variações na participação feminina e dos grupos jovens.

Responsáveis: Ricardo Neupert, Selma Maria Gabriel Calheiros e Mário Lisboa Theodoro

2.2 Emprego e Renda

Tendo como pano de fundo as alternativas de crescimento da PEA e de evolução da economia do país, pretende-se apresentar alguns cenários de emprego (ocupação, desocupação) e renda para a década de 90.

Responsáveis: Mário Lisboa Theodoro e Ismael Carlos de Oliveira

3. Relações de Trabalho

3.1 Negociações Coletivas

A dinâmica do emprego e a questão salarial no País estão estreitamente vinculadas as formas de organização e o padrão de regulamentação das relações entre capital e trabalho. Neste sentido, para compor o cenário de emprego e renda no País é necessário analisar também, as bases e os novos rumos da organização e mobilização dos trabalhadores e de outros segmentos sociais. O objetivo deste estudo é elaborar alguns cenários para a próxima década das relações entre capital e trabalho com ênfase na evolução dos procedimentos da prática de negociações coletivas.

Responsável: Lenita Maria Turchi

3.2 Mudanças Tecnológica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão

A modernização da economia e a nova Constituição estão acarretando uma série de mudanças nas relações de trabalho. Uma delas, foco de preocupação deste trabalho, diz respeito às deliberações e decisões sobre as empresas estatais e sua forma de gestão para as quais pretende-se oferecer subsídios para uma política nesta área, destacando-se três tópicos.

- inovação tecnológica, organização do trabalho e produtividade,

- gestão de produção/gestão de pessoal: os sistemas participativos,
- novos movimentos operários e atuação sindical,

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CDR

1. Desmatamento - Aproveitamento Madeireiro na Amazônia

A crescente demanda mundial por madeira, responsável pelo inexorável processo de esgotamento das últimas grandes reservas de florestas tropicais do mundo, começa a intensificar a sua pressão sobre a Amazônia.

A médio prazo prevê-se a aceleração do processo de desmatamento na região, até hoje conduzido de forma predatória e inconseqüente, pela conjugação das crescentes demandas interna e externa.

No contexto doméstico, a preocupação maior deriva do desmatamento com desperdício madeireiro, como nos casos de implantação de hidrelétricas e de grandes projetos agropecuários, bem como do desmatamento provocado pelos adensamentos populacionais em áreas de ocupação recente.

Para melhor conhecer a questão madeireira, o trabalho procurará partir do cenário maior dos mercados internacional e nacional para centrar na realidade regional. Aspectos como o do cancelamento da política de concessão de incentivos ao reflorestamento, do estágio técnico-científico do manejo florestal, da prática da legislação florestal e do Estatuto da Terra, dos impactos ambientais ligados ao desmatamento-alagamento, serão examinados e avaliados.

Responsáveis: Berlando Nascimento Ledo e Clando Yokomizo

2. Produção e Comercialização de Grãos Alimentares nos Cerrados: Antecedentes (1975-88) e Perspectivas

O estudo procurará avaliar o papel dos cerrados do Brasil Central a partir de sua recente incorporação ao sistema produtivo, a sua crescente participação na oferta de grãos e o seu potencial para consolidar o Brasil como grande fornecedor mundial. Para acelerar essa escalada, pretende-se organizar subsídios capazes de orientar a tomada segura de decisões, delimitando a presença governamental dentro de um sistema onde a iniciativa privada investiu e deu prova cabal de sua competência.

A visão macrorregional, envolvendo MT, MS, MG, GO, TO, BA e MA, para efeito do presente estudo, deverá ser examinada e avaliada e inserida nos contextos nacional e internacional.

Responsáveis: Cesar Augusto de Silva Areal e Berlando Nascimento Ledo

3. Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás: Concepção, Desenvolvimento, Proposta de Ordenação

Para evitar a repetição histórica de ocupações desordenadas do espaço onde se desenvolvem projetos governamentais de impacto, deverá estar concluído até meados de abril próximo, o Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás, ligando o Sul do Pará ao litoral maranhense.

Como membro da Comissão de Avaliação, o IPLAN colaborou no traçado de normas, na tomada de decisões e no acompanhamento crítico do plano em conclusão. O documento a ser elaborado procurará resumir essa experiência, apreciando os trabalhos realizados para a elaboração do Plano, segundo os diversos itens componentes.

Responsável: Cesar Augusto da Silva Areal

4. Contas Regionais, Regionalização das Transações do Setor Público

O trabalho procura apresentar dados comparativos das transações do Setor Público, com base nas pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, nos exercícios de 1970, 1978 a 1980, envolvendo Receita e Despesa a nível de Governo (União, Estados e Municípios - Administração Central e Descentralizada) e de Empresas Públicas, segundo a natureza e estrutura funcional ou setores da atividade empresarial.

Responsáveis: Generosa Campelo Bezerra, Maria Lélia Octaviano Ferreira Rodriguez e Reny Bueno Vieira

5. O Financiamento Externo do Desenvolvimento Regional

Este tópico busca proporcionar uma clara percepção da experiência brasileira de financiamento externo de programas e projetos de desenvolvimento regional, no período 1975/1989. Pretende reconstituir e analisar o amplo esforço de reorientação do planejamento regional cuja concepção se fundamentava na compreensão de aspectos físicos, econômicos, sociais, organizacionais e políticos, os quais, considerados conjuntamente possibilitariam a interiorização dos resultados econômicos e sociais do progresso, ao mesmo tempo em que aliviariam pressões incidentes nas congestionadas zonas urbanas.

Os projetos com financiamento externo constituem uma unidade dentro de um sistema mais amplo e possibilitam a formulação de um estudo de caso (Goode e Hatt, 1968), onde o pesquisador procura relatar as experiências vivenciadas, levando em conta o contexto em que elas se situam e formular generalizações naturalísticas (Stake, 1983) que subsidiem a definição de políticas governamentais de desenvolvimento regional.

Responsável: João Brigido Bezerra Lima

6. Indicadores para o Planejamento Regional

A estrutura da economia regional vem despertando a atenção e o interesse de quantos se detêm a estudar cada uma dessas macrorregiões do território nacional e o conjunto em termos de desigualdades regionais.

As atenções dos estudiosos e políticos se voltam, sobretudo, para os índices do produto real que possibilitem acompanhar, de forma agregativa, as variações dos níveis de produção. Este trabalho objetiva homogeneizar metodologia que leve a definir uma série compatível de indicadores conjunturais regionais que permita mensurar as modificações nos níveis de produção e a situação social das populações (qualidade de vida).

Responsável: João Brígido Bezerra Lima

7. Prospectiva Integrada da Partição/Funcional para os anos 90

O momento de mudanças estruturais do sistema que abriga o processo de planejamento enseja a adoção de posições e análises prospectivas que, num primeiro momento, objetivam minimizar a vulnerabilidade que é imposta às ações e aos posicionamentos até aqui adotados pelos operadores do sistema, a fim de que o desenvolvimento regional deixe de ser instrumental para ações marginais e setoriais autônomas e passe a se constituir em componente de macro-política especializada do desenvolvimento.

Entende-se que uma das formas que pode contribuir para minimizar a vulnerabilidade do profissional e do produto de sua participação para o desenvolvimento regional no Brasil, quer no setor público, quer no setor privado, relacionar-se-à ao oferecimento de sustentação científico-tecnológico onde se incluirão variáveis outras, mais abrangentes, relativas a partição do território nacional. Isto se constituirá em forma alternativa e/ou complementar para as utilizadas até o momento na expli-

tação das microrregiões homogêneas e as macrorregiões sócio-econômicas.

Responsáveis: Maria Nazareth Aguiar, Pedro Bergamo e Margarida M. S. Oliveira

8. Contas Regionais como Instrumento de Planejamento

O trabalho propõe-se a avaliar o atual estágio técnico-institucional dentro do esforço de desenvolver o sistema de contas regionais, do qual o IPLAN, com um dos principais usuários, ter participado ativamente.

O trabalho enfocará: (a) a concepção e a estruturação do sistema de contas regionais, (b) metodologias, procedimentos e resultados alcançados, e (c) perspectivas para a estruturação nacional do sistema de contas regionais. Propõe-se ainda a realizar uma análise comparativa das metodologias adotadas pelos estados, com o intuito de assegurar a comparabilidade dos dados.

Responsável: Antônio Rodríguez Gonzalez

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

1. Política Urbana: Estratégias Alternativas e Novo Arcabouço Institucional

Este estudo objetiva fornecer sugestões para a formulação da nova política urbana para o Brasil.

A política urbana do Governo federal na década de 90 deverá considerar as alterações introduzidas pela nova Constituição e a necessidade de um rearranjo institucional para o setor. Ademais, é preciso ajustar o esquema de financiamento do desenvolvimento urbano à reforma tributária de 1988, considerando os sérios problemas do Sistema Financeiro da Habitação e o reorde-

namento dos esquemas mais globais de financiamento do setor público.

Os carinhos alternativos da política urbana no futuro passam, também, pela definição clara do que se entende por política urbana, o seu objeto e campo de atuação. Tal política federal poderá: (a) assumir feições tipicamente compensatórias; (b) ter um caráter unicamente normativo; (c) ser entendida como componente da política nacional de desenvolvimento, isto é, uma política de ordenação territorial ou (d) mais provavelmente, uma corbinação adequada das três estratégias anteriores.

Responsáveis: Emanuel Cavalcante Porto e Edgar Bastos de Souza

2. Subsídios à Formulação da Política Habitacional

O estudo visa identificar os principais problemas do setor habitacional e apresentar alternativas para sua superação de acordo com o seguinte roteiro preliminar:

a) situação atual (déficit de moradias) e projeções das necessidades para o próximo quinquênio, desagregadas segundo as faixas de renda da população e macrorregiões,

b) quadro institucional: inconveniência da atual distribuição de competências a nível federal e a necessidade de sua reformulação,

c) sistema de financiamento atual, enfatizando:

i. as repercussões futuras da concessão de subsídios a todos os mutuários do SFH, indiscriminadamente, com a formação de resíduos dos saldos devedores, de financiamentos habitacionais não cobertos pelas fontes de recursos existentes,

ii. as limitações das condições de financiamento para o atendimento da faixa de renda inferior a cinco salários mínimos.

d) descompasso entre o volume de recursos aplicados (quantidade de habitações financiadas) e a demanda da população pobre, evidenciando os baixos níveis de atendimento,

e) avaliação dos principais programas habitacionais do governo e discussão da estratégia de financiamento adotada nos últimos anos. Tal estratégia, priorizou a concessão de recursos à fundo perdido da União, para a produção de moradias sob o regime de mutirão. Isto se deu em detrimento da utilização dos recursos da União para alavancagem de financiamentos subsidiados para o estrato da população no âmbito do SFH,

f) identificação de outros fatores que repercutem sobre o desempenho da política habitacional, destacando-se: a questão fundiária urbana, as potencialidades de utilização de recursos das três esferas de governo com a nova estrutura tributária e, a necessidade de maior difusão de processos construtivos e novos materiais.

2.1 Alternativas para o Enfrentamento das Questões Levantadas

Responsável: Roberto Aricó Zamboni

3. Subsídios para a Formulação da Política de Saneamento Básico

O setor de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) experimentou considerável progresso com a implantação do Plano Nacional de Saneamento-PLANASA, baseado na aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, gerido pelo Sistema Financeiro do Saneamento-SFS.

Mais recentemente, entretanto, o modelo PLANASA tem mostrado sinais de exaustão, com a queda do volume de financiamento, inviabilidade financeira das concessionárias estaduais de água e esgoto e arranjo institucional inadequado para o setor. É possível, inclusive, certa regressão no nível de atendimento da população, a partir de 1989.

O presente trabalho visa a estudar os déficits atuais do Setor (especialmente coleta e tratamento de esgotos), a demanda até a metade da década de 90, os arranjos financeiro e institucional vigentes e propor alternativas que possibilitem a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico pela população, especialmente o estrato de baixa renda.

Responsáveis: Ana Maria Resende Chagas e Edgar Bastos de Souza

COORDENADORIA DE INDUSTRIA E TECNOLOGIA - CIT

1. Alternativas de Política Industrial

O estudo fará uma análise abrangente e de natureza predominantemente qualitativa de aspectos relacionados com novas definições de política industrial, partindo da identificação dos principais traços que caracterizam o processo de industrialização recente do País, particularmente no tocante às distorções estruturais acumuladas e à luz das modificações em curso no cenário mundial do setor. Pretende-se, ao lado de avaliar perspectivas de desenvolvimento setorial, examinar criticamente posicionamentos técnicos alternativos relacionados com o modelo de industrialização a ser perseguido ao longo da próxima década.

Entre as principais questões a serem estudadas destacam-se aquelas associadas às fontes de dinamismo e o padrão de inserção no mercado internacional, à estrutura das fontes de financiamento do novo ciclo de investimentos, à alteração no papel dos agentes econômicos, e às modificações requeridas na natureza da intervenção setorial do Estado.

Responsáveis: Michael Wilberg e Marcos Panariello

2. Dinâmica das Exportações de Manufaturados

Os diagnósticos sobre o desempenho do setor industrial comportam interpretações até certo ponto contraditórias, no que diz respeito à competitividade externa do setor. Por um lado, apontam para a baixa produtividade da indústria em comparação com padrões internacionais. Por outro, registram a expressiva expansão de manufaturados do País como indicador do bom potencial de competição internacional.

Essa aparente contradição origina-se, em parte, na acentuada heterogeneidade estrutural do setor. Mas é também provocada por uma associação generalizada e indiscriminada do dinamismo exportador a ganhos consistentes de competitividade, quando é provável que parte do movimento em direção ao mercado externo, além de ter respondido a causas circunstanciais, ter sido viabilizado graças a incentivos fiscais e financeiros, a uma política cambial ativa e mediante estratégia compensatória de preços no mercado interno, nos segmentos oligopolizados.

Nesse contexto, com os objetivos de avançar na qualificação e caracterização das condições de competitividade externa da indústria brasileira e de examinar as perspectivas de continuidade do dinamismo exportador ao longo dos próximos anos, o estudo pretende fazer uma análise desagregada da performance das exportações de manufaturados no passado recente, procurando identificar, nos segmentos relevantes, variáveis responsáveis pela dinâmica de crescimento das vendas externas de produtos manufaturados efetuados pelo País.

Responsável: Marcos Panariello

3. A Questão do Financiamento do Desenvolvimento

A questão do financiamento da retomada do desenvolvimento, hoje problematizada em virtude da acentuada queda da taxa de formação de capital na economia, decorrente em grande

parte, da elevada transferência de poupança ao exterior, assume características diferentes nos setores público e privado.

No setor público, a poupança em conta-corrente do governo é hoje negativa, para o que tem contribuído a redução da capacidade de autofinanciamento do setor produtivo estatal e a quase total interrupção de novos fluxos financeiros internacionais. Isto vem inviabilizando, em muitos casos, os investimentos necessários à expansão da produção dos bens e serviços que, institucionalmente, foram adjudicados à esfera estatal.

A participação da poupança do setor privado no PIB, no entanto, ter-se mantido constante, embora escassamente direcionada para investimentos produtivos.

O estudo fará uma análise retrospectiva das fontes e usos dos recursos de investimento a partir de informações secundárias e procurará explicar as razões das mudanças havidas nesses fluxos. Nas conclusões procurará indicar linhas alternativas de ação para o crescimento dos investimentos produtivos na indústria, com ênfase para aqueles atualmente sob responsabilidade do Estado.

Responsáveis: Michael Wilberg e Luís Antônio Cascão

4. Análise Institucional da Política Industrial

As reformas incluídas nos diversos planos ou programas já executados pelo governo apenas tangenciam as questões institucionais, nunca se efetivando alguma mudança substancial nessa área.

A aprovação da Constituição e da nova Política Industrial exige uma análise e avaliação do aparato institucional direta e indiretamente relacionado ao setor.

O quadro institucional na área industrial apresenta-se bastante complexo. Há evidentes superposições de atribuições,

conflitos e inconsistências de critérios e objetivos entre as instituições formuladoras e orientadoras da política industrial e os demais integrantes ou relacionadas com o corpo institucional do setor. A avaliação e coordenação do sistema funciona de forma precária, acarretando distorções nas alocações de recursos financeiros e de incentivos dificultando a própria implementação da política.

O estudo visa avaliar o aparato institucional responsável pela formulação e implementação da política industrial, identificar os objetivos e instrumentos mais fortemente enlaçados com cada instituição, e avaliar, de forma geral, a eficácia desse aparato, sugerindo as alterações julgadas pertinentes.

Responsável: Hélio João Soares

Estudos adicionais a serem encomendados a consultores externos:

- O Modelo de Desenvolvimento Industrial: a Questão da Abertura e da Integração,
- O Papel do Estado: a Questão do Financiamento,
- O Estado enquanto Produtor: a Questão das Estatais.

COORDENADORIA DE MINAS E ENERGIA - CME

1. Problemas e Perspectivas do Setor Elétrico

A atual crise do setor elétrico está associada aos desequilíbrios externo e interno presentes na economia brasileira. A prática de contenção tarifária como instrumento da política anti-inflacionária e a utilização de projetos setoriais para operações de crédito no exterior com objetivos de financiamento do déficit em transações correntes, foram os efeitos sobre o setor daqueles desequilíbrios. Como consequência, observa-se hoje uma queda drástica na capacidade das empresas elétricas em

gerar internamente os recursos necessários ao financiamento dos seus programas de expansão, ao mesmo tempo em que cresce substancialmente o peso do serviço da dívida como proporção do total das aplicações.

A crise financeira das empresas do setor elétrico, ocorre num momento em que se torna necessário implementar um programa de expansão que implica pesados investimentos. A questão relevante ao setor é como financiar um programa de investimentos, necessário para adequar o suprimento de energia às necessidades do crescimento econômico, face às restrições financeiras presentes.

O estudo a ser realizado procurará avaliar criticamente o programa de expansão setorial proposto no Plano 2010, examinando a consistência das projeções da evolução da demanda com os possíveis cenários de crescimento da economia brasileira. Buscará, também, examinar a natureza da restrição imposta pela crise financeira e possíveis saídas para a mesma (por exemplo, a possibilidade do aporte de capitais privados).

Responsável: Nilton Romeu

2. Redirecionamento do Perfil da Oferta e Demanda de Combustíveis

O estudo pretende caracterizar de forma sumária as atuais distorções no segmento de combustíveis decorrentes da política energética adotada na década de 80. A partir do novo cenário de preços de petróleo e das reservas detectadas em águas profundas, pretende-se discutir o papel do álcool e do petróleo nos anos 90, visando o equacionamento dos desequilíbrios existentes, principalmente em relação à gasolina, diesel e álcool. O trabalho deverá tratar também das perspectivas do gás natural. Por último, deverá ser apresentado um elenco de diretrizes e instrumentos objetivando redirecionar a demanda e oferta de combustíveis.

Responsável: Otávio Franco

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO MACROECONOMICO - CPM

Os estudos da CPM estão voltados para os tópicos de dívida externa e de crise fiscal. Tratarão de diagnosticar a evolução dos dois problemas em período recente, dando ênfase a avaliações quantitativas e à descrição de mecanismos específicos envolvidos na geração dos mesmos.

Como decorrência dos diagnósticos, serão analisadas as consequências e perspectivas, no cenário de ambos assuntos, para o futuro próximo, procurando-se sugerir medidas corretivas de política econômica.

1. Dívida Externa

1.1 Diagnóstico do Problema Brasileiro da Dívida Externa

O diagnóstico está voltado para três pontos essenciais a serem quantificados e condensados em um documento único:

i) A formação da dívida externa com detalhamento das principais alocações escrituradas por segmentos da economia nacional. A intenção é demonstrar quais os setores privilegiados no processo de formação da dívida, cotejado com a capacidade de pagamento desses setores (produção de tradeables). Haveria um gargalo estrutural.

ii) O processo de transferência do passivo externo do setor privado ao setor público, seus mecanismos, objetivos e quantificações no período recente. A idéia é demonstrar em quanto estas transferências representaram de subsídio aos tomadores privados.

iii) O fluxo dos pagamentos ao exterior a título de serviço da dívida capitalizado até o presente, de forma a ser comparado com o estoque de capital dos credores, caso os empréstimos tivessem sido aplicados no mercado financeiro internacional. O excesso de capitalização serviria de piso nas renegociações fu-

turas em termos de exit bonds e outros instrumentos do gênero.

Responsável: Fernando Werneck

1.2 Estruturação de uma Posição de Menor Risco - Menor Perda para Renegociação da Dívida Brasileira

O objetivo do trabalho é definir uma posição levando em conta as demais pesquisas da CPM, no sentido de estabelecer uma estratégia de renegociações da dívida externa.

Responsáveis: Fernando Werneck, Felipe Ohana e equipe do Dr. Carlos Eduardo de Freitas (Consultor)

1.3 Evolução dos Princípios e Tópicos de Renegociação da Dívida Externa do 3º Mundo

Inclui a avaliação dos itens mais controversos como conversão write-off, capitalização de juros, etc. Em essência, consistirá na evolução da estrutura das renegociações, isto é, como evoluíram as formas e os princípios das renegociações, o estado das artes e as perspectivas.

Existe, ademais, a possibilidade de se contar com opiniões e informações de pessoas ligadas ao establishment financeiro internacional, que por certo, enriqueceriam a qualidade do estudo. Tais contactos seriam realizados pelo Dr. Carlos Eduardo de Freitas (consultor).

1.4 Quantificação do Impacto sobre as Principais Variáveis Macroeconômicas de Diversos Regimes Alternativos de Pagamento da Dívida Externa.

Essencialmente, trata-se de adequar um modelo econométrico existente à questão dos impactos.

Responsável: Consultoria Externa

1.5 Estratégia de Renegociação da Dívida Externa

O objetivo do estudo é avaliar quais as repercussões macroeconômicas, políticas e legais de estratégias diferenciadas no que se refere à posição de cooperação nas negociações.

Neste ponto vários position papers seriam relevantes:

- Implicações Legais dos Esquemas de Renegociações Alternativas,
- Análise da Moratória Brasileira de 1987,
- Estudos de Caso: Chile, Colômbia e Turquia,
- Impactos Financeiros sobre os Credores, bem como uma apreciação do environment político das propostas.

Responsáveis: Eduardo Felipe Ohana, Fernando Werneck Magalhães, José Hamilton Bizarria, Paulo Zolhof, Marco Antônio Rochadel

2 - Crise Fiscal

2.1 Conceituação e Medição de Alguns Conceitos de Déficit Público

O principal produto deste estudo é a avaliação dos conceitos de déficit (nominal, operacional, real, de caixa, primário, etc). vis-a-vis a importância diferenciada de cada um a distintas preocupações macroeconômicas, assim como medição e eventuais sugestões de alterações.

Neste tópico, merece especial atenção a relação pagamentos da dívida externa - déficit público, buscando-se, no conceito de déficit mais apropriado à política fiscal, tornar transparente as consequências do regime de pagamento ao exterior sobre o déficit público.

Responsável: Eduardo Felipe Ohana

2.1 O Déficit Público Brasileiro e a Formação da Dívida Interna do Governo

Trata-se essencialmente em quantificar os principais vetores formadores do déficit operacional ao longo da década de 80, com o objetivo de orientar a política fiscal quanto ao ajustamento, bem como tornar transparente as implicações econômicas face às opções de política disponível.

Responsáveis: Paulo Zolhof e Hamilton Bizarria

2.2 Análise do Impulso Fiscal

Visa medir o impacto macroeconômico da redução do déficit operacional, mediante metodologia utilizada pelo FMI (ver Review of the Fiscal Impulse Measure, Heller-Haas-Mansur, FMI, 1986). Um subproduto desta análise será a agilização, pelo entendimento do conceito e dos valores, de futuras negociações de ajustamento com o FMI e também com o BIRD.

Responsável: Consultor Externo

2.3 Modelo Macrobrás

A Coordenadoria está, em esforço conjunto com a CEPAL, adaptando o modelo MACOBRAS às necessidades operacionais de avaliação do cenário macroeconômico, conforme detalhado abaixo:

- Acompanhamento das modificações e atualizações do modelo, que estão sendo levadas a cabo pelo Dr. Ricardo Martner, do ILPES/CEPAL. Além da atualização da base de dados, estão sendo incluídas modificações no modelo de modo a permitir simulações de políticas governamentais relacionadas basicamente com o déficit público e o endividamento externo, buscando integrar o setor monetário-financeiro ao setor real da economia.

- Transferência do modelo, e sua base de dados, para micro da configuração dos do IPLAN, confecção de programas para faci-

litar a operação, e rodada de simulações. Esta fase consubstancia um teste do modelo em sua versão modificada.

- Integração do modelo à rotina de trabalho do Instituto buscando simular efeitos de alternativas de política econômica sugeridos pelos técnicos. A partir desse ponto, avaliada a capacidade do modelo em responder à demanda da CPM de outras Coordenadorias, serão produzidos novos programas de operação de modo a simplificar ao máximo a manipulação do modelo, abrindo aos usuários a possibilidade de, eles mesmos, simularem os cenários de seu interesse, transformando o MACROBRAS em uma ferramenta de trabalho permanente.

Responsável: Marco Antônio Rochadel

Paralelamente aos trabalhos da CPM, ainda no âmbito de estudos macroeconômicos, encontram-se em elaboração:

Notas sobre a Interação da Política Salarial e a Inflação

Reconhecidamente complexas, as relações entre a inflação e a política salarial no Brasil tem sido enfocadas sob a égide dos conflitos distributivos e da contribuição que dela exigem os programas oficiais de combate à inflação. Não obstante, na grande maioria dos estudos a respeito, a política salarial tende a ser analisada em ambiente isolado, do qual se ausentam inclusive comparações com práticas anteriores que tal política pretenda substituir, corrigir ou mesmo aperfeiçoar.

Fugindo dessa tendência, este estudo objetiva focar a(s) política(s) salarial (is) em um universo que, além de considerar as ações governamentais sobre o aspecto mais amplo das pressões de custos, procure estabelecer referenciais relativos entre as políticas novas e as que se tentou modificar. Será coberto num período de tempo que se estende de 1964 aos dias atuais.

Responsável: Luiz Zottmann

Sobre a Capacidade Individual e Coletiva de Poupar no Brasil

É da sabedoria convencional que a capacidade de poupar no Brasil é insuficiente para viabilizar o crescimento econômico a taxas social e politicamente aceitáveis. Daí a necessidade, mais que conveniência, do concurso da poupança externa, algo que estaria momentaneamente bloqueado pelo elevado nível da dívida externa e pelo comportamento do sistema financeiro oficial.

Este estudo tem como propósito mostrar que tais assertivas revelam mais a aceitação de uma característica genérica de economias subdesenvolvidas do que o resultado de uma avaliação mais profunda da realidade brasileira. Esta realidade parece mais próxima de um inadequado aproveitamento dos esforços individuais de poupança do que de uma atitude essencialmente consumista dos brasileiros.

Responsável: Luiz Zottmann

COORDENADORIA DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL - CSP

1. Subsídios para Regulamentação do Sistema de Seguridade Social (Convênio IPEA/UnB-NESP)

Dos produtos previstos por este projeto já estão concluídos os subsídios para a organização do sistema Único de saúde (Anteprojeto de Lei) e o Relatório sobre o Financiamento. Está em fase final de conclusão, o Relatório de subsídios para a reorganização da área de assistência social (Anteprojeto de Lei).

Tendo em vista a não efetivação de uma articulação institucional que contemplasse a integração das propostas de legislação para as áreas específicas, a CSP em conjunto com a SE-PES/SEPLAN (Mozart de Abreu e Lima) está elaborando proposta de

legislação para as áreas específicas, a CSP em conjunto com a SEPES/SEPLAN (Mozart de Abreu e Lima) está elaborando proposta de legislação sobre a organização institucional da seguridade social como um todo (princípios e diretrizes gerais, organização e financiamento).

Responsáveis: Maria Emília R. Azevedo, Sérgio F. Piola, Eni Monteiro Barbosa, Anna Maria T. Medeiros Peliano, Bernardo Eustáquio S. Loureiro, Lorena Bernadete da Silva, Maria das Dores Gonçalves, Maria Elizabeth Diniz Barros e Sebastião Francisco Camargo.

2. A Seguridade Social na Década de 90

A Constituição introduz um novo conceito de seguridade social integrando as áreas de saúde, previdência e assistência social. Estão previstas modificações substantivas nestas áreas principalmente em relação a sua abrangência, organização institucional, financiamento e forma de execução das ações. No documento pretende-se apresentar uma visão geral e analítica da seguridade social abordando, basicamente, os seguintes aspectos:

a) Conceituação, princípios e objetivos da seguridade social (análise da consistência dos preceitos gerais da seguridade social e dos dispositivos constitucionais das áreas que a constituem

b) Financiamento (análise/avaliação das modificações no financiamento frente as necessidades e objetivos da seguridade social).

c) Questões específicas:

- Descentralização (saúde e assistência social),
- Participação e Controle Social,
- Plano de Benefícios da Previdência Social, com ênfase na questão da aposentadoria por tempo de serviço.

Este documento será elaborado com os recursos internos da CSP, contando com a participação eventual de consultores exter-

nos (Convênio PNUD/IPEA ou IPEA/UNICEF) para discussão de aspectos metodológicos e substantivos, se julgado necessário.

Responsáveis: Maria Emília R. de Azevedo, Sérgio F. Piola, Eni Monteiro Barbosa, Anna Maria T. Medeiros Peliano, Bernardo Eustáquio S. Loureiro, Lorena Bernadete da Silva, Maria das Dores Gonçalves e Sebastião Francisco Camargo.

3. A Questão Educacional da Criança de 0 a 6 anos

Trata-se de pesquisa promovida no âmbito do convênio IPEA/UNICEF e desenvolvida pelo Prof. Maria Motta Campos. O trabalho já foi concluído. Seus resultados estão sendo objeto de análise na CSP, que opinará quanto a conveniência de sua publicação. Está prevista a realização de um seminário sobre o tema em junho próximo.

Responsável pelo acompanhamento e organização do seminário: Eni Monteiro Barbosa

4. Impacto da Descentralização nos Serviços de Saúde

Aprofundar a análise sobre os prováveis impactos da descentralização dos serviços de saúde, discutindo critérios para alocação/distribuição de recursos, com o intuito de diminuir as desigualdades regionais e propiciar maior equidade na utilização dos serviços.

Este trabalho será encomendado a consultores estrangeiros (Antônio Correia Campos/Lisboa e Vicente Ortun Rubio/Barcelona) que trabalham esta questão a nível de seus respectivos países e será desenvolvido em conjunto com técnicos desta Coordenadoria.

Responsável: Sérgio F. Piola

5. Experiência Internacional em Programas de Atenção à Criança e ao Idoso

"Papers" (2) sobre a experiência internacional na área de atenção à criança e de assistência à população idosa.

Consultor externo: Jeanne Muller (PNUD)

Responsáveis: Eni Monteiro Barbosa e Maria das Dores Gonçalves

6. A Conta Social Consolidada Revisitada (1980-1987)

Levantamento e análise do gasto federal nas diferentes áreas sociais entre 1980 e 1989. O trabalho foi concluído em fevereiro de 1989 e já está aprovado para publicação pelo Comitê Editorial do IPLAN.

Responsáveis: Solon Magalhães Vianna, Sérgio Francisco Piola, Sebastião Camargo e Lorena Bernadete da Silva

7. Saúde e suas Relações Intersectoriais

Conjunto de pesquisas objeto de cooperação técnica entre IPEA/OPS/ILPES. Até o final de maio de 89, serão apresentados os seguintes produtos:

7.1 Política de Saúde e Disponibilidade de Insumos

Consultor responsável pela elaboração: Sérgio Salles (UNICAMP)

Responsável pelo acompanhamento: Maria Elizabeth D. Barros

7.2 Metropolização, Periferias Urbanas e Acesso aos Serviços de Saúde

Consultor responsável pela elaboração: Pedro Jacob (USP)

Responsável pelo acompanhamento: Maria Elizabeth D. Barros

7.3 Questão Agrária e Saúde

Responsável: Maria Elizabeth D. Barros

8. Financiamento da Assistência Social

Estudo exploratório visando analisar: evolução das despesas federais com Assistência Social na década de 80 e análise das diferentes fontes de recursos, discussão dos problemas do financiamento da Assistência Social no momento pré e pós Constituinte, avaliação das necessidades financeiras da área a partir da Constituição Federal de 1988 e das propostas de regulamentação.

Responsáveis: Eni Maria Monteiro Barbosa e Sebastião Francisco Camargo

9. A Rede Hospitalar Brasileira

O objetivo do estudo é realizar uma análise do perfil da oferta de serviços de internação, segundo as Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, de modo a: elaborar um diagnóstico da capacidade instalada, em termos de leitos, no Brasil, identificar áreas carentes, orientar uma melhor distribuição de investimentos em novos leitos para o ano 2000 e discutir alternativas de financiamentos.

Responsável: Lorena Bernadete da Silva

COORDENADORIA DO SETOR EXTERNO - CSE

1. O Ajuste Externo da Economia Brasileira

O trabalho descreve as principais dificuldades experimentadas pela economia brasileira em suas relações com o exterior, no período recente (evolução das relações de troca, efeito da variação nas taxas de juros, comportamento do capital de risco, etc) e discute as medidas adotadas para fazer face a essas dificuldades.

Para tanto, serão atualizados os cálculos dos incentivos concedidos às exportações e será avaliada a política cambial dos últimos anos. Será igualmente realizada a análise da política de importações.

O trabalho parte da perspectiva de identificar lições da experiência recente a serem aplicadas ao futuro próximo, cabendo destaque a sugestões de política em vista do cenário internacional, de formação de blocos econômicos, e da necessidade de articulação da política econômica externa com um projeto de política industrial.

Responsável: Renato Baumann

2. Comportamento de Preços Internacionais e Composição da Pauta de Exportação

O trabalho analisa em termos quantitativos a composição da pauta de exportações brasileiras e seu grau de concentração, em relação ao grau de estabilidade nas variações de preços e de receita de divisas.

É dada particular atenção à exportação de produtos primários. Nesse contexto são feitas considerações sobre algumas das medidas em negociação no âmbito da Rodada Uruguai (GATT), e que deverão afetar as condições de comercialização de algumas commodities, com efeitos sobre nossa receita de divisas.

Responsável: Mary de Melo Sousa

3. Indicadores de Competitividade das Exportações Brasileiras no Comércio com a Argentina e o Japão

O trabalho procura aprofundar análise das perspectivas de comércio com dois parceiros que deverão desempenhar papel de grande importância no futuro próximo. O objetivo é avaliar a evolução da competitividade dos produtos brasileiros no inter-

câmbio bilateral, a partir da discussão de indicadores selecionados.

A partir dos resultados obtidos serão feitas inferências quanto à provável evolução da competitividade das exportações brasileiras em seu conjunto.

Responsável: Murilo Lobo

4. A Integração Européia pós-1992 e seus Efeitos para o Brasil

O trabalho revê as principais características do comércio recente entre o Brasil e os países membros da Comunidade Econômica Européia (concentração setorial, crescimento, barreiras, etc.), e analisa o projeto Europa-92 a partir dessa experiência.

Compreende uma resenha das principais propostas que compõem esse projeto, dos pontos já acordados entre os países membros da CEE, e das principais áreas de controvérsia. Na medida do possível - dada a disponibilidade de informações - a análise será feita ao nível de principais setores a serem afetados pelo projeto de integração, e a partir daí tentados inferências quanto aos efeitos para os produtos brasileiros.

Responsável: Rubens Gazir

5. O Papel dos Organismos Internacionais no Financiamento das Economias em Desenvolvimento

A partir da análise retrospectiva da cooperação financeira internacional e das relações entre as chamadas instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os países em desenvolvimento - em particular a experiência brasileira, o estudo procura abordar questões como a importância relativa desses organismos como fonte de financiamento para o ajuste estrutural daqueles países.

Serão avaliados - ainda que de forma preliminar - os resultados das políticas de ajustamento, as condicionalidades impostas e as linhas gerais da metodologia adotada, procurando-se inferir sugestões para um posicionamento futuro do País quanto ao papel desses organismos no financiamento do processo de desenvolvimento.

Responsável: Sheila Márcia Espírito Santo de Almeida

6. Acordo de Liberalização Comercial entre os EUA e o Canadá e seus Efeitos para o Brasil

O trabalho compreende um estudo sobre a abrangência do Acordo suas reais possibilidades de implementação, os ganhos e perdas para cada um dos signatários, seus efeitos para o comércio internacional e as consequências específicas para o Brasil.

A análise se baseia em levantamento da composição dos fluxos de comércio entre o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá, concentrando-se a avaliação naqueles setores de maior peso na pauta de exportações brasileiras, e que estarão sujeitos a maior concorrência, resultando da implementação do Acordo (desvio de comércio).

Responsável: Luiz Fernando de Lara Rezende

São os seguintes os temas de pesquisas adicionais, a serem contratadas a consultores externos:

- Características e Conseqüências de uma Liberalização Financeira

- Estudo sobre "Joint-Ventures": A Experiência Brasileira e Tendências em Países Seleccionados

- Tendências de Longo Prazo da Estrutura Produtiva dos Principais Parceiros Comerciais e dos Principais Países Concorrentes

- Resenha sobre Formas Alternativas de Comércio

Será também desenvolvido o seguinte estudo, em complemento aos trabalhos da CSE.

. Sistema de Comercialização Externa e a Eficiência na Exportação de Produtos Agrícolas

O estudo tem por objetivo avaliar e propor medidas com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de comercialização externa de commodities, ademais de procurar estabelecer prioridades e perspectivas a médio prazo, especialmente nos setores agrícola e de comércio exterior.

Apesar do expressivo montante obtido em 1988 com as exportações de produtos básicos, são inúmeras as evidências de que ao longo dos anos 80 se tem verificado acentuada tendência de deterioração de preços. Inevitavelmente, os ganhos adicionais de receitas de exportação foram consequência de aumentos de quantidades, o que torna mais vulnerável a estabilidade dos saldos comerciais da agricultura.

O problema de deterioração de preços dos produtos agrícolas tem sua origem, aparentemente, nas políticas de preço e renda voltadas ao setor agrícola dos países desenvolvidos, nas dificuldades e barreiras impostas a novos mercados além das políticas de financiamento de estoques por parte também de grupos de países desenvolvidos.

No caso brasileiro, em que pese a elevação das quantidades exportadas de modo a compensar a redução dos preços internacionais, a redução relativa de receitas de exportação pode ser associada também a inexistência de mecanismos comerciais capazes de acompanhar eficientemente e influenciar os mercados internacionais de commodities. A inadequação de certos mecanismos de comercialização tem ensejado substanciais vazamentos de divisas, desestimulado o produtor rural que não recebe remuneração compatível com os preços internacionais, provocando oscila-

ções indesejáveis nas safras anuais e impedindo que unidades industriais vinculadas ao processamento de produtos agrícolas para exportação se utilizem de mecanismos financeiros existentes no mercado internacional para reestruturação financeira e programação de investimentos.

Serão analisados quatro dos principais produtos da pauta de exportação agrícola: café, soja, açúcar e cacau. A cada um dos produtos selecionados deverão ser examinados os mecanismos de formação dos preços de exportação, as eventuais discrepâncias entre preços médios obtidos e preços vigentes no mercado internacional, a remuneração doméstica a nível de produtor, a formação e o financiamento dos estoques no país, o sistema de garantia de preços internos vis-a-vis preços internacionais e a utilização ou não de mecanismos avançados de comercialização através de bolsas de mercadorias e sistemas de previsão de safras e mercados futuros.

O resultado esperado do estudo é um conjunto de medidas que visem ao aperfeiçoamento do sistema de comercialização propiciando: maior aproximação entre preços médios obtidos e preços vigentes, incremento da atuação do País como "formador de preços" no mercado internacional reduzindo, por consequência, a sua atuação passiva como "tomador de preços", e proposta de mecanismos de financiamento e garantia de preços convergentes com o sistema de comercialização interna de produtos agrícolas de modo a reduzir os impactos no déficit público.

Responsável: Marcelo Piancastelli de Siqueira

COORDENADORIA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO - CTC

1. Os Transportes e o Estado na Década de 1990

O estudo objetiva analisar a relação dinâmica entre os transportes e alguns dos principais fenômenos econômicos e sociais que se prevêem para a década de 1990: a mobilidade de pessoas e produtos: a qualidade e o custo do transporte, a se-

gurança de trânsito, mudanças de população e novos polos econômicos, a alocação modal de passageiros e cargas, a questão energética.

Serão enfatizados os principais problemas com que o Estado terá de lidar na próxima década, delineando-se algumas das questões ideológicas e pragmáticas que a sociedade enfrentará, bem como as opções disponíveis. Em particular, serão introduzidas as questões de regulamentação de empresas particulares de transporte e a regulamentação concernente à segurança viária, o financiamento das diversas modalidades e sua infra-estrutura, o papel do Estado como "empresário" (operação e, ou infra-estrutura), e os transportes urbanos.

Responsáveis: Charles Leslie Wright e Ieda Maria de Oliveira Lima

2. A Regulamentação dos Transportes

Será analisado o papel do Estado na regulamentação de atividades desenvolvidas por pessoas e por entidades particulares e por empresas estatais. A análise divide-se em: regulamentação técnica, incluindo-se segurança de trânsito, transporte de produtos perigosos e proteção da infra-estrutura e regulamentação econômica, abrangendo a decisão de deixar operarem os mercados livremente ou interferir neles, determinando restrições à entrada de firmas, suas áreas de atuação, nível de tarifas, especificação de linhas, produtos e frequências. Serão analisadas experiências recentes no Brasil e em outros países, e as vantagens e desvantagens das estratégias alternativas. As modalidades tratadas são: aéreo, rodoviário, portuário, marítimo e ferroviário.

Responsáveis: Charles Leslie Wright, Ieda Maria de Oliveira Lima, Sílvio Caracas Moura Jr. e José Alex Sant'Anna

3. O Financiamento dos Transportes

Neste estudo será focalizada a questão das alternativas de financiamento das diversas modalidades de transportes, considerando-se, infra-estrutura, operação e fiscalização. Incluem-se as questões do endividamento, esquemas atuais de financiamento e as alternativas. Serão apresentados os níveis de financiamento requeridos para alguns cenários e modalidades, e discutidas as vantagens e desvantagens de financiamento provenientes de órgãos governamentais, entidades particulares e contribuições de usuários.

Responsáveis: Ruy Silva Pessoa, Sílvio Caracas Moura Jr.,
Mágela Isabel Gobbo Lins Guimarães, José
Alex Sant'Anna e Charles Leslie Wright

4. O Estado como Empresário

No Brasil, o Estado é o principal "empresário" da infraestrutura viária, construindo, mantendo e operando aeroportos, rodovias, portos e ferrovias, tendo ainda, companhias de navegação, aviação e transporte ferroviário. Neste trabalho, delimitam-se os casos em que o Estado necessariamente se faz presente e onde pode (ou deve) entregar a operação ao setor privado. São analisadas as questões de eficiência e propostas alternativas de gerência.

Responsáveis: José Alex Sant'Anna, Ruy Silva Pessoa, Sílvio Caracas Moura Jr., Mágela Isabel Gobbo Lins Guimarães, Sérgio Avezedo Marques e Charles Leslie Wright

5. Transportes Urbanos

São analisadas as questões do automóvel versus transportes públicos e a necessidade de complementar os modos públicos com programas de pedestrianização de áreas centrais e segurança de trânsito. Mostra-se que qualquer melhoramento significativo nas

condições de transporte da maioria da população dependerá de haver maior apoio à modalidade ônibus, juntamente com obras complementares em favor da segurança e facilidade de circulação de pedestres. São também abordadas a questão das ferrovias urbanas e suas possibilidades e limitações e a questão tecnológica, bem como os temas de regulamentação, financiamento e estatização versus privatização.

São os seguintes os estudos adicionais dependentes de consultoria externa:

- Vias Urbanas mais Seguras: Guia Ilustrado. Coordenador: Philip Anthony Gold, supervisor e editor técnico: Charles L. Wright (em vias de conclusão).

- Alocação Modal de Cargas
- Desenho Urbano e Transportes
- Ônibus Urbanos
- Tarifas de Ônibus Urbanos
- Comunicações
- Metodologia de Estudos de Demanda

PROJETO BRA/87/006/PNUD: AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS DE GOVERNO

As atividades do projeto foram reorientadas no sentido de ajustá-lo as novas funções do IPLAN particularmente no que se refere a análise das questões sociais mais relevantes e na definição de opções de políticas para a próxima década.

Dessa forma, além de continuar provendo assistência técnica na realização da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (INAM/IBGE/IPEA), o Projeto viabilizará o desenvolvimento dos seguintes estudos:

1. Estilos de Desenvolvimento e suas Implicações Sociais:

- 1.1 Desenvolvimento e Equidade: Experiências Internacionais
- 1.2 "Constraints" e "Safeguards" da Redistribuição
- 1.3 Impactos sobre Emprego e Renda
- 1.4 Democratização, Representatividade e o Modelo Econômico

2. Mudanças no Papel do Estado, Cidadania e Planejamento

- 2.1 Participação e Planejamento
- 2.2 O Setor Público e a Redemocratização
- 2.3 Comunicação Social, Educação e Cidadania
- 2.4 Liberalismo e Estatização: O Papel do Estado Moderno

3. Efeitos Sociais das Mudanças na Organização da Produção

- 3.1 Transformações Agrícolas e Perspectivas Sociais
- 3.2 Repercussões Internas dos "Constraints" Externos na Agricultura
- 3.3 As Implicações Sociais das Mudanças Industriais
- 3.4 Relações do Trabalho a partir da Nova Constituição
- 3.5 Mudança Técnica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão nas Empresas Estatais

4. Demografia e Política Social

- 4.1 Mudanças Demográficas e suas Implicações na Política Social
- 4.2 Novos Padrões Demográficos e os Problemas da Reforma
- 4.3 Envelhecimento e mudanças no organismo social (CSP)

5. Ação do Governo e Perspectivas Setoriais

- 5.1 A Eficiência da Ação Governamental
- 5.2 A Seguridade Social nos Anos 90 (CSP)

6. Perspectivas de Mudanças Espaciais

6.1 Desenvolvimento Regional e Modernização

6.2 Tendências da Migração, Urbanização e Metropolização

6.3 Políticas de Impacto Espacial: Revisão e Perspectivas

Responsáveis: George Martine, Phillip Fletcher e Consultoria Extern

NÚCLEO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS

1. Acompanhamento do Nível de Atividade da Economia

O objetivo final do trabalho é o de construir um indicador antecedente para o produto industrial no decorrer do ano. Isto é, um modelo que permita, com razoável antecendência (cinco a seis meses, por exemplo), prever uma reversão de tendência na atividade industrial global.

A primeira etapa está concluída e permite a projeção para doze meses do índice de produção industrial total coletado pelo IBGE mensalmente. Este índice, seguindo metodologia tradicionalmente aplicada, servirá de proxy para o produto industrial mensal.

Responsáveis: Carlos Henrique Motta Coelho e Moisés Tenenblat

2. Projeção de Variáveis Macroeconômicas no Curto-Prazo

O exercício realizado com a variável índice de produção industrial será complementado e aperfeiçoado, na busca de melhor precisão, com a inclusão de algumas variáveis econômicas que farão o papel de indicadores de antecedente. Este aperfeiçoamento será utilizado na projeção de outras variáveis importantes da economia, tais como, o índice de inflação, o saldo

anual de transações comerciais com o exterior, e a taxa de emprego.

Responsáveis: Carlos Henrique Motta Coelho e Moisés Tenenblat

3. Projeção do PIB Anual e Consistência de Taxas Setoriais

Com os resultados o primeiro trabalho acima mencionado e das projeções realizadas pelo IBGE para a safra anual de grãos, é possível, ainda que com algum prejuízo de rigor, projetar o PIB do ano. Esta projeção pode ser renovada periodicamente, na medida em que se altere a evolução da indústria e da agricultura ao longo do ano.

Além disso, é possível ainda com auxílio desses métodos para a projeção do PIB a verificação da consistência das taxas de crescimento dos setores componentes do produto e de algumas outras variáveis macroeconômicas.

Responsáveis: Carlos Henrique Motta Coelho e Moisés Tenenblat

ANEXO
PROJETOS IPLAN/GESEP

COORD.	DURACAO (meses)	TITULO	SITUACAO	VALOR R\$
CAA	4	- Subsetor Florestal - Desempenho Recente e Perspectivas	- Aguardando dotacao orçamentaria	5,124.00
	8	- Efeitos de Variaveis Macroeconomicas e Setoriais sobre a Agricultura	- Proposta de trabalho encaminha- da pelo IPLAN ao GESEP/IPEA, em 12.01.89	15,000.00
			- GESEP/IPEA enviou ao Banco Mun- dial em 17.01.89	
	5	- Estudo Comparativo de Leis Agrícolas em Alguns Países Selecionados	- Iden	30,300.00
CTC	6	- Onibus Urbanos: Orientacao para Orgaos de Gerencia	- Proposta de trabalho encaminha- da pelo IPLAN ao GESEP/IPEA, em 12.01.89	53,803.36
			- GESEP/IPEA enviou ao Banco Mun- dial em 17.01.89	
	6	- Alocacao Modal de Cargos	- Iden	39,467.02
	12	- Desenho Urbano, Circulacao, Acidentes e Meio Ambiente	- Iden	42,471.78
	7	- Metodologia de Estudos de Demanda em Transportes	- Em fase de licitacao para con- tratacao dos servicos	90,340.00
CSE	13	- Metodologias Alternativas para Calcular Taxas Efetivas de Cambio do Cruzado	- Concluido	
			- Restam duas parcelas a serem pagas	
	6	- As Possiveis Caracteristicas e Consequen- cias de uma Liberacao Financeira no Bra- sil	- Proposta de trabalho encaminha- da pelo IPLAN ao GESEP/IPEA, em 12.01.89	30,460.04
			- GESEP/IPEA enviou ao Banco Mun- dial em 17.01.89	
CEC	12	- Alternativas Metodologicas de Descentra- lizacao da Administracao da Educacao	- Proposta de trabalho encaminha- da pelo IPLAN ao GESEP/IPEA, em 12.01.89	2,454.12
			- GESEP/IPEA enviou ao Banco Mun- dial em 17.01.89	
CPK	5	- Pagamentos Externos: Quantificacao Macro- economica dos Diversos Regimes	- Proposta de trabalho encaminha- da pelo IPLAN ao GESEP/IPEA, em 12.01.89	20,000.00
			- GESEP/IPEA enviou ao Banco Mun- dial em 17.01.89	
		- Divida Externa: Evolucao dos Termos de Renegociacao desde 1982	- Iden	16,780.00
		- Formacao da Divida Externa Brasileira e Alguas Quantificacoes Basicas		6,600.00
		- Avaliacao de Estrategias de Renegociacao da Divida Externa		7,200.00

	/	/	/	- Endividamento Externo e os Aspectos Le-	/	/
	/	/	/	/ Gais	/	/ 15,000.00
	/	/	/	/ Analise Perspectiva da Questao da Divida	/	/
	/	/	/	/ Externa Brasileira e Estruturacao de uma	/	/
	/	/	/	/ Posicao de Menor Risco-maior Perda para	/	/
	/	/	/	/ Renegociacao da Divida Brasileira	/	/ 18,120.00
	/	/	/	/ Analise do Impulso Fiscal	/	/ 13,300.00
	/	/	/	/ Conceituacao e Medicao de Diversas Nocoes	/	/
	/	/	/	/ de Deficit Publico	/	/ 20,600.00
CES	/	12	/	- Negociacoes Coletivas no Brasil: Tenden-	/	- Proposta de trabalho encaminhada-
	/	/	/	/ encias e Perspectivas para a Proxima De-	/	/ da pelo IPLAN ao GESEP/IPEA em
	/	/	/	/ cada	/	/ 12.01.89
	/	/	/	/	/	/ - GESEP/IPEA enviou ao Banco Mun-
	/	/	/	/	/	/ dial em 17.01.89
	/	/	/	/	/	/ 12,000.00
	/	1	/	- Avaliacao dos Programas de Geracao de Em-	/	/
	/	/	/	/ prego e Renda	/	/ - Iden
	/	/	/	/	/	/ 58,800.00
	/	/	/	/ Padroes de Gestao, Mudancas Tecnologicas	/	/
	/	/	/	/ e Trabalho: Publicacoes de Seminarios e	/	/
	/	/	/	/ Relatorio de Pesquisas	/	/ - Iden
	/	/	/	/	/	/ 42,011.01
	/	3	/	- Seguro Desemprego	/	/ - Iden
	/	/	/	/	/	/ 6,235.00
CDU	/	3	/	- Politica Nacional de Desenvolvimento Ur-	/	/
	/	/	/	/ banos	/	/ - Proposta aprovada pelo Banco
	/	/	/	/	/	/ Mundial
	/	/	/	/ - Novo Arcabouco Institucional	/	/
	/	/	/	/ - Novo Ordenamento Juridico	/	/ - Iden
	/	/	/	/	/	/ 6,200.00
	/	3	/	- Nova Estrategia para a Politica Habita-	/	/ - Iden
	/	/	/	/ cional	/	/
	/	/	/	/	/	/ 6,200.00
	/	4	/	- Arranjo Institucional e Financeiro dos	/	/ - Iden
	/	/	/	/ Programas de Saneamento	/	/
	/	/	/	/	/	/ 6,200.00
CSP	/	3	/	- Subsídios para Regulamentacao do Sistema	/	- Proposta aprovada pelo Banco
	/	/	/	/ Seguridade Social	/	/ Mundial
	/	/	/	/	/	/ - Em fase de elaboracao do con-
	/	/	/	/	/	/ trato do Setor de Convenios e
	/	/	/	/	/	/ Contratos do IPLAN - aguardando
	/	/	/	/	/	/ recursos
	/	/	/	/	/	/ 61,846.00
	/	3	/	- As Necessidades de Financiamento do Sis-	/	/
	/	/	/	/ tema de Saude na Decada de 90	/	/
	/	/	/	/	/	/ 3,871.00
	/	2	/	- Politicas para a Velhice e Envelhecimento	/	/
	/	/	/	/ da Populacao	/	/
	/	/	/	/	/	/ 2,723.00
	/	3	/	- Quadro Sanitarios Perfil para a Proxima	/	/
	/	/	/	/ Decada	/	/
	/	/	/	/	/	/ 3,770.00
	/	1	/	- Seminario Internacional sobre Economia e	/	- Encaminhado ao GESEP/IPEA em
	/	/	/	/ Saude	/	/ 23.01.89
	/	/	/	/	/	/ 30,000.00

VALOR GERAL US\$ 673,076.35